

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos este número da Revista Jurídica Unigran. Com publicação semestral e de forma ininterrupta, a Revista completa 25 anos e, neste período, tornou-se um periódico de referência. Possui como indexadores - Periódico CAPES (Conceito B3), LexML, Rede Virtual de Bibliotecas- RVBI, Sumários, ISSN, LATINDEX e 1LIBRARY e está disponível na versão online, de forma gratuita e de fácil acesso. Conta com conselho editorial externo composto por professores doutores vinculados a instituições de ensino superior, reconhecidas no meio acadêmico e distribuídas por diversas regiões do Brasil e do exterior, critérios que corroboram com a exogenia da revista e os artigos recebidos são submetidos a avaliação cega (*blind review*) por pares.

Destacamos que a Revista Jurídica UNIGRAN está comprometida com a conduta ética em pesquisa e boas práticas de publicação e segue os padrões estabelecidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIGRAN – CEP e daqueles estabelecidos por instituições nacionais e internacionais reguladoras dos padrões de ética e integridade em produção e publicação científica.

Neste número, destacamos a adesão da comunidade acadêmica e científica à política editorial da Revista. Os artigos selecionados após duplo critério – aderência à linha editorial e de mérito em avaliação cega – abordam temas relevantes e atuais da área temática Direito, Estado e Sociedade.

É o que se observa, por exemplo, no artigo de José Cláudio Rocha, “A natureza como sujeito de direito”. A “Mãe Terra”, continuamente ameaçada, expropriada e ferida pelas guerras, expressa sua dor nas catástrofes climáticas que observamos. A humanidade e as espécies não-humanas dependem da natureza para sobreviver.

No âmbito do direito público, Alan Pereira de Araújo desenvolve estudo sobre o mercado de medicamentos, tema sensível às Políticas Públicas de Estado, com o artigo “Primeiras linhas sobre o Processo Administrativo Sancionador da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED.”

A ajuda humanitária supranacional é tema abordado por Luiz Fernando Vescovi no artigo “A verdadeira filosofia empregada no atual Direito Internacional Humanitário”, analisando e refletindo sobre as diferentes facetas filosóficas que giram em torno da moderna atividade humanitária internacional, que se apresentam para além das vertentes tradicionais.

O uso de algoritmos redefine o processo eleitoral? Essa é a questão respondida no artigo “Democracia e algoritmos: a modulação da autodeterminação política no processo eleitoral brasileiro” de Gabriel de Oliveira Carneiro e Edimar Inocêncio Brígido.

A justiciabilidade do direito ao meio ambiente sadio é o foco de análise do artigo de Eduardo Floriano Almeida e Ynes da Silva Félix “A “viragem ambiental” da Corte

Interamericana de Direitos Humanos a partir da Opinião Consultiva 23/2017”.

A educação é um direito inscrito na Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental social, e, portanto, de acesso universal, cuja prestação demanda uma atuação ativa do Poder Público e onde a diversidade é riqueza, não um déficit. É neste contexto que Gabriela Soares Kamata analisa o acesso e permanência na universidade à pessoa cega ou com deficiência visual no artigo “O direito da educação acessível do universitário com deficiência visual no ensino superior”.

A verdade como correspondência é uma virtude estrutural do processo justo. Cássio Benvenutti de Castro no artigo “O pêndulo da verdade no direito probatório” aprofunda, de forma crítica, essa temática.

Os regimes políticos democráticos oscilam entre momentos positivos e situações de crise. Tendo como motivo nuclear os eventos de 8 de janeiro, Hidemberg Alves da Frota busca oferecer, no artigo “Os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023: sadismo, masoquismo e vidas colonizadas”, contribuições à Criminologia no exame destes atos à luz do diálogo entre as perspectivas psicanalítica, existencial, marxista e decolonial.

Allan Thiago Barbosa Arakaki, no artigo “O sistema penal acusatório e a nova perspectiva da valoração dos elementos investigativos pré-processuais”, reflete, à luz da Análise Econômica do Direito, sobre a valoração dos elementos investigativos, ajuizamento e prosseguimento de ações penais amparadas no princípio *in dubio pro societate* quando o procedimento investigativo eventualmente não possuir indícios suficientes para a condenação.

Os direitos humanos não são uma dádiva, mas construções históricas e resultado de luta. São constantemente testados. Neste cenário, Weila de Castro Escobar e Camila Porciúncula destacam, no artigo “Impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita nos Direitos Humanos do Brasil”, que a construção retórica dos direitos humanos transcende o aspecto regulamentar, manifestando-se em contextos práticos que impactam indivíduos e cenários reais.

Marcus Vinicius de Oliveira Elias e Milena Moraes Lima, no artigo “Audiência de custódia e a natureza da prisão: considerações pontuais no âmbito nacional e estadual”, analisam o instituto destacando que, mesmo após o reconhecimento normativo, há ainda um longo caminho a ser percorrido pelo Estado até a efetivação da audiência de custódia, e concretização dos direitos legalmente previstos.

“O assédio sexual no ambiente de trabalho” é o tema do artigo de Gabriela da Silva Gomes e José Carlos Parpinelli Junior. À luz da doutrina e jurisprudência, os autores analisam o tema destacando características, manifestações e impactos psicológicos nas vítimas. No âmbito jurídico, assinala aspectos legais de punição e reparação.

A análise das dificuldades enfrentadas pelas Administrações Públicas na implementação da dispensa de licitação instituída pela Nova Lei de Licitações, a Lei Federal n. 14.133/21, a qual trouxe inovações que buscam a prevalência do meio

eletrônico no âmbito das contratações públicas é o objeto do artigo “Dispensa de licitação implementada pela lei n. 14.133/2021 no Mato Grosso do Sul” de autoria de Maria Fernanda Ferraz Deliberaes, Tiago Resende Botelho e Alisson Henrique do Prado Farinelli.

“O trabalho infantil como manifestação cultural indígena e a antinomia entre os artigos 7º, XXXIII, e 231 da Constituição da República” é o título do artigo de André Luis Nacer de Souza. Destaca o autor que o objetivo do artigo é analisar o conflito existente entre os referidos dispositivos constitucionais e, também, sob o ponto de vista antropológico, a questão do trabalho precoce fruto de manifestação cultural indígena.

Em tempos de sociedade conectada, as tecnologias de informação e comunicação – TICS assumem relevância na organização das cidades. Com este escopo, Débora Maria Martins, Lara Cruz de Almeida e Pedro Marcelo Clares, no artigo “Cuidado, buraco reportado na via”, analisam o programa de compartilhamento “Waze” como possível instrumento de construção de cidadania na gestão pública responsável pelo planejamento urbano e se pode se mostrar instrumento suficiente de uma administração pública dialógica.

“O direito à desconexão aos profissionais da saúde em tempos pós-pandêmico” é o título do artigo de Ruan Pablo Martins dos Santos e Manuella de Oliveira Soares. Destacam os autores que a falta de estrutura e obediência aos ditames trabalhistas não é suficiente para garantir saúde e segurança a esses trabalhadores por não trazer previsão expressa do direito à desconexão e de jornadas de trabalho menores, em desrespeito às garantias constitucionais e direitos trabalhistas existentes, sendo necessário norma específica para garantir proteção à saúde mental e física da categoria dos profissionais de saúde.

Encerra este número, na seção **Análise de Jurisprudência/Acórdão/Leis**, o estudo de Francisco das C. Lima Filho sobre a demarcação das terras indígenas. O autor traz uma pertinente análise sobre o tema destacando que a exigência do “marco temporal” como condição ou exigência para demarcação das terras indígenas, anteriormente declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 1017365, com repercussão geral (Tema 1.031), imposta pela Lei 14.701/2023 (art. 4º), constitui em violação à Carta Suprema (arts. 60 e 231), à Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas e Tribais da Organização das Nações Unidas - ONU, além do contido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Este conjunto de artigos selecionados evidenciam a complexidade do Direito, sua característica multifacetária, sua constante atualização, e sinalizam por novas abordagens e novos direitos.

Por fim, mas não menos importante, reafirmamos o nosso agradecimento aos membros do conselho editorial e científico e aos avaliadores/revisores que dispuseram de parte de seu tempo para apresentar sugestões de melhorias para a editoração da revista

e, também, avaliar os trabalhos, cujas sugestões apontadas foram submetidas aos autores, sempre em atendimento à política editorial.

Uma boa leitura
Helder Baruffi – Editor.